NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 21/08/2014 - Edição 1106

Assassinos de vigilante devem cumprir pena de 25 anos de prisão

A justiça condenou David Kilmon Costa da Silva, Rafael da Silva Souza e Danilo Moreira da Silva a 25 anos de prisão pelo crime de latrocínio, roubo seguido de morte.

O trio foi julgado e condenado pela morte do vigilante identificado como Leonardo Garcia Azevedo, 32, que era funcionário de uma empresa de segurança e trabalhava na avenida Rogaciano Leite. A condenação foi publicada no Diário Oficial na última quinta-feira, 14.

De acordo com o que foi apurado pelo O POVO na data do homicídio, outubro de 2013, os três homens anunciaram o assalto e levaram a arma do vigilante. Mesmo sem reagir, de acordo com populares, a vítima foi alvejada com três disparos de arma de fogo na cabeça.

No dia seguinte, policiais localizaram os acusados que confessaram o crime. Na residência, localizada no bairro Conjunto Jereissati, na Capital, os agentes encontraram a arma roubada da vítima e 32g de crack.

Segundo o juiz Roberto Soares Bulcão Coutinho, titular da 7ª Vara Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua, "as evidências apontam pela decisão do grupo em sair para praticar assaltos, tanto que estavam armados e tinham alugado uma casa como esconderijo." Os condenados não poderão apelar em liberdade e deverão cumprir a pena em regime inicialmente fechado.

Fonte: O Povo

Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco diz que movimento em busca de melhorias continua

Uma empresa que presta serviços a Secretaria Estadual de Saúde, pagou o salário e ticket alimentação aos vigilantes que estavam prometendo paralisação, no Agreste de Pernambuco.

Porém, o movimento vai continuar, de acordo com o Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, e poderão acontecer protestos de advertências por causa das várias irregularidades, como aponta o diretor de assuntos sindicais da entidade, João Rodrigues.

"Nós vamos continuar reivindicando a contribuição do FGTS, o pagamento de férias, pois a empresa concedeu férias a diversos trabalhadores. A empresa

se quer emitiu os avisos de férias. Informou as férias por telefone", disse João.

João Rodrigues não descarta a greve.

"Se a empresa não regularizar a situação, os trabalhadores podem deflagra uma greve, não só pela questão dos atrasos de salário, ticket alimentação, não recolhimento de INSS, FGTS, mas também pela situação da reciclagem dos trabalhadores que se encontra vencidas e o fornecimento do fardamento", acrescentou o diretor.

Existem em torno de 1.150 vigilantes no estado de Pernambuco.

Fonte: Liberdade FM

Vigilantes da Unirg, de Tocantins, discutem jornada de trabalho



Antonio da Luz - Assessoria de Comunicação - SISEPE-TO

Os vigilantes da Unirg, de Gurupi (TO), estiveram reunidos nesta semana com o diretor regional Sul do SISEPE-TO, João Gualberto e com o Conselheiro Fiscal Cleuto Gonçalves Lino, juntamente com o advogado Dhiego Ricardo Schuch para discutir sobre a jornada de trabalho da categoria.

Na reunião ficou decidido que os vigilantes vão acompanhar, junto com o SISEPE-TO a tramitação da alteração da jornada de trabalho na Câmara Municipal. Também será protocolado um ofício à Unirg solicitando informações a respeito do projeto de lei e quais suas alterações.

Fonte: Sisepe-TO

Vigilantes que trabalharam na Copa do Mundo de Futebol pela GP, em Minas Gerais, devem comparecer ao sindicato até o dia 29

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais convoca a todos os vigilantes que trabalharam na Copa do Mundo de Futebol, contratados pela GP Vigilância, e que ainda não receberam seus direitos trabalhistas, para que compareçam ao Departamento Jurídico da entidade, até o dia 29 deste mês de agosto, das 8h às 12h, com a cópia da rescisão do contrato de trabalho para que sejam tomadas as providências necessárias para o devido recebimento das verbas rescisórias.

O Departamento Jurídico fica na sede do Sindicato: Rua Curitiba, 689, 9° andar, Centro, na Capital.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais

STJ obriga Caixa a fornecer extratos do FGTS de qualquer período



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Caixa Econômica Federal é obrigada a fornecer extratos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de qualquer período. O banco estatal já fornecia esse tipo de informação para as contas criadas a partir de 1990, quando passou a ser a única instituição gestora do fundo. Agora, a Justiça o obriga a disponibilizar os extratos mesmo para as contas criadas antes desse ano.

O FGTS foi instituído em 1966. Vinte anos depois, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), a Caixa passou a ser a maior administradora do fundo, mas foi apenas em 1990 que conseguiu centralizar as quase 130 milhões de contas do FGTS que estavam distribuídas em 76 bancos.

"A Caixa é responsável pelo fornecimento dos extratos das contas individualizadas vinculadas ao FGTS dos trabalhadores participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, inclusive para fins de exibição em juízo, independentemente do período em discussão", diz o texto da súmula 514, da primeira seção do STJ, publicada ontem no Diário Oficial da União.

A reportagem apurou que atualmente são poucas as contas criadas antes de 1990, cerca de 2 mil. A Caixa informou, por meio da assessoria de imprensa, que adequou normas internas para o cumprimento da decisão. Para consultar o saldo dessas contas, criadas antes de 1990, é preciso ir a uma agência física do banco estatal.

Para as contas do FGTS abertas depois de 1990, o banco permite a consulta dos extratos pela internet. O trabalhador deve cadastrar senha para acessos às informações, informando seu PIS e aceitando o "Termo de Cadastramento". Além do extrato completo, o banco oferece a opção de atualização de endereço, extrato por e-mail e serviços no celular.

Fonte: Agência Estado

CNTV lamenta morte de companheiro de Umuarama (PR)



Companheiro José Barbosa da Silva era presidente do Sindicato dos Vigilantes de Umuarama/PR

A diretoria da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) recebeu nesta quarta-feira (20) a triste notícia do falecimento do companheiro José Barbosa da Silva, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Umuarama e Região. José Barbosa sempre lutou pelos vigilantes e pelos trabalhadores em geral, independentemente da categoria a que pertencessem.

A CNTV se solidariza com a família e amigos neste momento de luto e registra seu pesar.

Fonte: CNTV

Três líderes sindicais rurais são assassinados em MT

Em menos de uma semana, do mês de agosto, três líderes sindicais foram assassinados em Mato Grosso. vítimas de conflito agrário com latifundiários. Antes de morrer, Maria Lucia, Josias Paulino de Castro e Ireni da Silva Castro chegaram a avisar às autoridades competentes que estavam sendo ameaçados, mas foram silenciados por tiros sem que fosse tomada qualquer providência. Diante do crescente índice de barbaridades que atingem o campo Movimento matogrossense, Sindical de Trabalhadores Trabalhadoras Rurais solicitou uma série de providências imediatas e efetivas para cessar o problema.

No dia 19 de agosto, a Confederação Nacional dos



Trabalhadores na Agricultura Contag encaminhou ao Ministério Desenvolvimento Agrário MDA documento que solicita, entre outros pontos, a realização dos "inquéritos com rapidez e qualidade, para identificar todos os culpados, sejam eles mandantes ou executores, inclusive designando Delegados Especiais se for o caso, assegurando conclusão a processos com a efetiva e ágil punição dos culpados". A Confederação também exige "imediata proteção à vida das lideranças sindicais e dos trabalhadores e trabalhadoras ameaçados por se manterem na luta pelo direito às terras". A Contag ainda quer realizar uma reunião com diversos ministérios, o Governo de Mato Grosso, e as entidades sindicais que representam os trabalhadores rurais em nível nacional.

"Reafirmamos que a solução definitiva dos conflitos pela posse da terra é a realização de uma reforma agrária, ampla e massiva e capaz de democratizar a propriedade da terra e criar bases para a construção da mudança do atual modelo de desenvolvimento que é excludente, predatório, concentrador da terra, da renda e do poder por um modelo sustentável e solidário", afirma nota da Contag em repúdio aos assassinatos em Mato Grosso.

Mortes anunciadas

Josias Paulino de Castro, 54 anos, e sua esposa Ireni da Silva Castro, de 35, foram encontrados no dia 16 de agosto, crivados de tiros de arma de fogo calibre 9mm, usada exclusivamente pelas Forças Armadas. Josias era presidente da associação Aspronu - Projeto Filinto Müller e lutava pela legalização das terras do distrito de Guariba, Município de Colniza. Ele, por diversas vezes, denunciou as emissões irregulares de títulos definitivos da área em nome de fazendeiros e

empresários, além da extração ilegal de madeiras. De acordo com Josias, em documento feito pela Contag, as denúncias envolviam também políticos, servidores do estado e a polícia que, segundo ele, estariam envolvidos ou coniventes com as ações de grilagem de terras públicas e em crimes ambientais nas mesmas áreas.

"Estamos morrendo. somos ameaçados, o Governo do Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo Federal é omisso, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências", disse Josias na última vez que denunciou os crimes, no dia 5 de agosto, durante reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizada em Cuiabá, com a presença do Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva, dentre outros agentes públicos.

No dia 13 de agosto, Maria Lúcia foi assassinada com três tiros fatais, no Município de União do Sul. Ela era assentada na Gleba Macaco, no Assentamento Nova Conquista 2, área reconhecida legalmente como terra pública da União, onde coordenava a luta pela regularização do Assentamento que conta com 25 famílias de trabalhadores rurais.

Em razão de sua liderança e lutas, Maria Lúcia recebeu diversas ameaças de morte, inclusive feitas publicamente pelo fazendeiro Gilberto de Miranda e seus capangas. Segundo a Contag, as ameaças foram presenciadas por oficiais de justiça quando cumpriam uma liminar de manutenção de posse contra o fazendeiro.

"Dessas terras só saio morto e estou pronto para uma batalha, tanto pra morrer quanto pra matar. Todos que entrarem nessas terras sem prévia comunicação ou sem a sua autorização estão correndo risco, já que as terras estão bem protegidas por homens fortemente armados", disse em uma das ameaças o fazendeiro Gilberto de Miranda, enquanto expulsava da área os servidores judiciais.

De acordo com o documento da Contag enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, no dia do crime, ocorreu um incêndio no lote ocupado por Maria Lucia. Quando ela se dirigiu ao local para afastar o gado do fogo, se deparou com um funcionário de Gilberto Miranda que, segundo testemunhas, vinha rondando a região com uma arma de fogo à mostra, intimidando as famílias. Após proferir ameaças, o capanga iniciou uma discussão e disparou os tiros, assassinando Lúcia. Tanto o capanga quanto o fazendeiro foram presos, mas como o funcionário assumiu a culpa pelo assassinato, o delegado local liberou Gilberto da prisão, alegando falta de provas para mantê-lo na cadeia.

Por um fio

Um dia após a morte de Maria Lúcia, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União do Sul, Cleirton Alves Braga, por pouco também não perdeu a vida, vítima de tentativa assassinato. Ele conta que quando voltava para o assentamento Gleba Macaco, no Projeto de Assentamento Nova Conquista 2, foi seguido por dois carros com pessoas desconhecidas. Para fugir dos perseguidores, correu pelo mato e se escondeu próximo à sua casa, de onde viu uma camionete atropelar propositalmente a cadela da família enquanto os homens que nela estavam davam tiros para o alto.

Fonte: CUT Brasília

CITY

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Ediffcio Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF